

EDITORIAL

Caros leitores,

A publicação “Políticas penais no Brasil” reúne conhecimentos e análises elaboradas por pesquisadores e operadores *Stricto sensu* do sistema penitenciário, ou seja, aqueles que no campo acadêmico procuram estabelecer simbiose entre a atuação profissional e os estudos na área de execução penal. A edição está organizada nas seções: artigos, relatos de experiências, artigos em fluxo contínuo, entrevistas e documentos/notas técnicas.

A seção Artigos apresenta quatro estudos que compõem o eixo inicial do dossiê temático:

O primeiro artigo, intitulado, “*Encarceramento de pessoas LGBTI+: entre as leis do Estado e as leis da prisão?*” e autoria de Emerson da Silva Mendes e Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, analisa o normativo instituído e dialoga sobre os desafios existentes à preservação de garantias de direitos e atendimentos específicos às pessoas LGBTI+ privadas de liberdade no país.

O segundo, sob o título, “*A execução de políticas penais impacta na redução de conflitos e rebeliões? uma análise a partir de ações de saúde, educação e trabalho para pessoas privadas de liberdade*” em que os autores Taís Kuchnir, Jéssica Leal e Silva Macêdo e Renato Vieira Tormin partem do pressuposto que as rebeliões ocorridas historicamente no sistema penitenciário são indicativos que as políticas penais executadas precisam ser reavaliadas. Para além da constatação, identificam os esforços e arranjos mobilizados para viabilizar as assistências aos presos pela via de políticas educacionais, laborais e de saúde. Observam que as políticas penais repercutem a ação do Estado e, com isso, previne conflitos penitenciários no Brasil.

Enquanto o terceiro artigo: “*Educação de jovens e adultos no contexto prisional: desafios, limites e possibilidades da educação em prisões*”, de autoria de Hercules Guimarães Honorato analisa a educação de jovens e adultos no contexto prisional, a partir da observação da gestão pedagógico-administrativa de uma escola de educação básica. O estudo foi subsidiado pela aplicação de questionário qualitativo e conclui que a educação nas prisões abre as portas para o conhecimento e constrói mecanismos para o desenvolvimento crítico do indivíduo privado de liberdade.

No quarto artigo, “*Cárcere feminino: uma análise das visitas no estabelecimento penal feminino Irmã Irma Zorzi*” – de Clarice Felipe Bezerra e

Andrea Flores –, buscam compreender o amparo estatal relativo ao direito às visitas das mulheres privadas de liberdade, destacando a legislação pertinente e aos instrumentos de utilizado pelo Estado para cumprimento da lei, a partir de consulta bibliográfica, normativos legislativos e documentos relativos à mulher em situação de privação de liberdade.

A segunda seção, Relatos de Experiências é composta por dois estudos. Abrindo a série de textos encontra-se o relatório: “*Projeto (RE) Integro: prevenção à violência e participação social*” – organizado por Flávia Fernandes Pinto e Juciane Prado Lourenco da Silva –, de iniciativa do Departamento Penitenciário Nacional que visa prevenir a violência e proporcionar a participação social nas comunidades e na execução penal. O documento lança luzes sobre os primeiros resultados encontrados pela parceria instituída entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e apresentados por meio da exposição de resultados de consultorias realizadas nas áreas de estatística, modelo de governança, metodologia de acompanhamento e projeto pedagógico e, ainda, com formação docente continuada.

Em seguida, há a retratação do relato de experiência, denominado, “*Audiência por videoconferência na Penitenciária Federal em Porto Velho – RO (PPFV) como prevenção de risco à segurança pública*”, de autoria de Núbia de Fátima Gomes de Sousa, que analisa a operabilidade do sistema de audiência por videoconferência na perspectiva da garantia dos direitos do contraditório e da ampla defesa mediante o uso de pesquisa bibliográfica e coleta de dados quantitativos sobre as audiências realizadas pela PFPV no ano de 2019.

Na sequência o texto, intitulado, “*O papel das redes nas ações da Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais: uma experiência no sistema penitenciário do Distrito Federal – DF*,” Cintia Rangel Assumpção e Sara Maria Baptista Reis abordam as ações desenvolvidas pela Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais (ONSP) do Depen em articulação com a rede formada pelos órgãos de execução penal do DF durante o período de pandemia de Covid-19, em 2020. A experiência articula reflexões e busca compreender os impactos e desdobramentos da articulação das ações desenvolvidas pela rede, tais como, a implantação de visitas virtuais e a efetividade de respostas às graves emergências causadas pela pandemia.

A seção, Artigos em Fluxo Contínuo, compreende dois textos com abordagens temáticas que versam sobre Parceria Público-Privada (PPP) no sistema penitenciário brasileiro e o emprego de meios eletrônicos no Sistema Penitenciário Federal.

O artigo: “*A Parceria Público-Privada (PPP) no sistema penitenciário brasileiro e os seus reflexos para a execução penal: um olhar atento à responsabilidade do Estado*”, em que Ana Carolina Mezzalira e Luana Machado Kraemer analisam a possibilidade da aplicação do contrato administrativo de parceria público-privada à área da Segurança Pública, mediante a contratação de pessoa de direito privado para a construção e manutenção de estabelecimentos penais e/ou prestação de serviços em unidades prisionais.

Já no artigo: “*Análise do emprego de meios eletrônicos no Sistema Penitenciário Federal para produção de conhecimentos de inteligência*” Eduardo Ávila de Araújo, Antônio Fernandes Marques, Cristiano Callegario Silva e Daniel Machado, observam a sistemática da técnica operacional de inteligência, o emprego de meios eletrônicos no Sistema Penitenciário Federal, como coleta de dados sensíveis e sua respectiva relevância na produção de conhecimentos de Inteligência direcionados ao enfrentamento ao crime organizado.

Na Seção entrevistas dialogo com dois especialistas do campo acadêmico, os quais têm as suas trajetórias entrelaçadas com a participação social na execução penal.

A primeira entrevista, intitulada: “*Uma vida em execução penal*” realizada com o professor, doutor e livre-docente da USP, Roberto da Silva, a qual demonstra os caminhos percorridos por um “indivíduo plural” que viveu e sobreviveu aos abrigos, à Febem, ao encarcerado no Carandiru e apesar das adversidades tornou-se professor da USP e tem legitimidade para analisar e contribuir com a temática das políticas penais.

Enquanto a segunda entrevista, intitulada: “*Delinquência, sistema de justiça criminal e a internacionalização do conhecimento*” – com a doutora Maria Maria João Leote de Carvalho – pesquisadora do CICS. NOVA (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal) repercute as suas contribuições dedicadas à construção de pontes entre a investigação e intervenção social, ligando os recursos e a experiência de organizações comunitárias, entidades estatais e os investigadores de diferentes campos científicos que investigam as temáticas relacionadas à delinquência e o sistema de justiça criminal.

Por fim, a seção Documentos e Notas Técnicas apresenta aos leitores o (i) *Relatório Políticas Penais no Brasil*”, de autoria da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania (DIRPP), O (ii) “*Levantamento sobre prestação de assistência religiosa no sistema penitenciário brasileiro*”, organizado pela Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania (DIRPP) e, no

fechamento apresenta o “*Planejamento Estratégico do Departamento Penitenciário Nacional para o período de 2022-2032*” – elaborado pela Assessoria de Assuntos Estratégicas.

Que a leitura seja proveitosa!

Brasília, DF, 04 de Março de 2022.

ELI NARCISO DA SILVA TORRES